

RESPOSTA ESPERADA FINAL DA PROVA DISCURSIVA

Concurso Público para provimento dos cargos efetivos do quadro de pessoal do Município de Minaçu/GO

CARGO: PROCURADOR

____ Questão 01 _____

Espera-se que o(a) candidato(a) elabore um parecer jurídico observando a estrutura adequada para esse tipo de documento.

Inicialmente, deverá apresentar um breve relatório, contextualizando os fatos narrados na situação-problema e expondo, de forma objetiva e clara, as circunstâncias relevantes do caso submetido à análise **(Item 1)**.

Na fundamentação do parecer jurídico:

Espera-se que o candidato discorra sobre o controle externo da Administração Pública **(Item 2)**, argumentando que, conforme os arts. 31, 70, 71 e 75 da Constituição Federal, a fiscalização do Município é exercida pelo Poder Legislativo municipal, com auxílio do Tribunal de Contas dos Municípios, abrangendo a legalidade, legitimidade, economicidade e regularidade da aplicação dos recursos públicos. O candidato deve demonstrar que a atuação do Tribunal de Contas não substitui a gestão administrativa, mas exerce função constitucional de fiscalização, orientação e controle sobre atos que envolvam receita, despesa, patrimônio público e responsabilidade dos agentes **(Argumento 1)**.

Espera-se que o candidato discorra sobre a autonomia municipal **(Item 3)**, argumentando que a auto-organização, o autogoverno e a autoadministração não afastam a sujeição do Município ao controle externo constitucionalmente previsto. À luz dos arts. 18, 29, 30 e 31 da Constituição Federal, a autonomia municipal permite a prática de atos de gestão dentro das competências locais, mas não imuniza contratos, despesas e atos administrativos contra fiscalização quanto à legalidade, à motivação, ao interesse público, à eficiência e à proteção do erário. Assim, a alegação de autonomia não impede o envio de informações, a apuração interna nem a correção de eventuais irregularidades **(Argumento 2)**.

Espera-se que o candidato conclua discorrendo sobre as providências cabíveis, observando a Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à motivação, fiscalização e gestão contratual, bem como a Lei Complementar nº 101/2000, no que se refere à responsabilidade na gestão fiscal **(Item 4)**, assegurando que o Município deve atender à requisição do Tribunal de Contas com informações e documentos, analisando tecnicamente os apontamentos **(Argumento 3)**, orientando a Secretaria quanto à necessidade de motivação

dos atos contratuais, instaurando procedimento administrativo quando houver indícios de irregularidade ou dano, adotando medidas de correção e ressarcimento se cabíveis e promovendo a defesa institucional do Município quando houver fundamento jurídico **(Argumento 4)**.

(Item 5):

É o Parecer.

Município, xx de xxxxxxxx.

Procurador/a Municipal

Observação sobre a pontuação:

A pontuação no critério **Avaliação de Conteúdo** (conforme item 8.1.9 do Edital nº 01/2026) será atribuída considerando os itens e argumentos mencionados pelo candidato que estejam condizentes com estes relacionados na resposta esperada.

Goiânia, 24 de setembro de 2026.